

SIMPÓSIO SOBRE A CULTURA
E A LITERATURA CABO-VERDIANA

MÓDULO 3
" CULTURA "

Mindelo, S. Vicente

23-27/Novembro

A IMPRENSA EM CABO-VERDE

O Conselho Científico da Fundação Amílcar Cabral merece uma palavra de louvor pela feliz iniciativa deste Simpósio, com a finalidade de se comemorar solenemente o cinquentenário do lançamento da revista de arte e letras CLARIDADE, acontecimento que, incontestavelmente, marcou uma etapa decisiva na evolução da literatura caboverdiana. Porque, na verdade, foi do movimento desencadeado pelos claridosos que resultou a emancipação literária de Cabo-Verde e, concomitantemente, a plena consciencialização da nossa identidade cultural bem como da nossa personalidade no mundo das letras.

O simples facto de se encontrarem nesta sala, prestigiando-nos com a sua honrosa presença, alguns dos mais distintos intelectuais estrangeiros que se têm interessado pela literatura caboverdiana, prova exuberantemente a justiça das comemorações em curso, para mais, acertadamente, nesta cidade do Mindelo, onde nasceu a revista CLARIDADE e onde se consumou a sua relativamente longa gestação. Longa, porque a situação, porque a situação política nessa época não permitia entrar frontalmente no campo do jornalismo independente como inicialmente se pretendeu; longa porque depois se tornou necessário definir o rumo mais acertado para a revista, levando-se em consideração as coordenadas da Modernidade e principalmente da Caboverdianidade. Isto é, por um lado a renovação estética por que se bateram, entre outras, as revistas portuguesas O ORFEU e PRESENÇA; por outro lado a temática castiça, o enraizamento no háus local, para o que Cabo-Verde tinha um aliciante exemplo a seguir no entusiasmo com que os jovens escritores brasileiros, depois da Semana da Arte Moderna, se prichavam em registar nas suas obras imagens fiéis do ambiente nativo.

Mas, não é este o tema que me proponho tratar, tentando corresponder ao convite para participar neste Simpósio. Com as minhas palavras iniciais eu só desejo louvar a iniciativa da comemoração solene do quinquagésimo aniversário do lançamento da revista CLARIDADE e também dar as boas-vindas a todos quantos, estrangeiros e nacionais, expressamente se deslocaram a Cabo-Verde para conosco festejar o evento.

Cumprido gostosamente este ritual, permito-me agora revelar-vos o tema desta minha modesta palestra, que é: "Algumas considerações sobre a Imprensa em Cabo-Verde". Mais precisamente, sobre os jornais que se publicaram em Cabo Verde até o final do primeiro quartel deste século. Citarei evidentemente um ou outro nome dos colaboradores mais assíduos ou mais dotados, sem contudo deixar de frisar que nenhum deles chegou a ser profissional do Jornalismo, entre outras razões porque a pobreza do meio e sobretudo os caprichos da política não o permitiram.

De entre os melhores contam-se escritores que bem merecem ser lembrados neste Simpósio, porque foram eles os precursores do Movimento Claridoso.

A IMPRENSA EM C.V.

Por mais estranho que pareça, podemos perfeitamente afirmar que os primeiros sinais de jornalismo em Cabo-Verde datam de 1842, muito embora o primeiro jornal só tenha iniciado a sua publicação em Outubro de 1877. É que o Boletim Oficial, começado a ser publicado em 24 de Agosto de 1842, às quartas-feiras e sábados e, depois, somente aos sábados, abriu desde logo uma secção não oficial de cuja redacção se encarregava o secretário-geral do governo, que aproveitava transcrever, sempre que o espaço o permitisse, noticiário diverso extraído de várias publicações periódicas, isto - dizia-se - "para que o povo principie a amar a leitura".

Para estimular os leitores da Parte Não Oficial do Boletim, que passou a contar com vários colaboradores, o seu preço foi reduzido de 40 para 20 reis cada exemplar avulso, ao mesmo tempo que as mulheres eram convidadas a frequentar as suas páginas, nas quais encontrariam - palavras textuais - "trechos de história, de instrução, ou de recreio moral".

Foi por certo em atenção às suas leitoras que a referida secção inseriu na íntegra as Resoluções do Congresso de Mulheres, realizado pouco antes no Estado de Ohio, quando as mulheres americanas, revoltadas contra as discriminações a que estavam sujeitas, declararam solenemente que queriam "os mesmos direitos, leis e protecção para ambos os sexos".

Diga-se de passagem que a injustiça era tal que as mulheres nem sequer podiam matricular-se nas Universidades. A primeira mulher que frequentou uma Universidade americana teve de falsificar documentos e usar trajes masculinos, fazendo-se passar por homem, aos olhos dos colegas, professores e mais pessoal.

De uma notícia depois publicada na mesma secção do Boletim se vê que também era vedado o ingresso de mulheres nas Escolas Superiores da Grã-Bretanha.

Compreende-se assim que tais notícias e outras, reproduzidas de diversos jornais e revistas, suscitasse o mais vivo interesse da parte dos leitores, que igualmente procuravam inteirar-se da situação política, nacional e internacional, através dos periódicos que passaram a ser recebidos regularmente em Cabo Verde, destacando-se as colecções facultadas aos sócios dos gabinetes de leitura que entretanto se foram criando em todo o Arquipélago. Assim é que o número de jornais entrados através dos Correios em pouco tempo atingiu a casa dos vinte mil por ano.

Por volta de 1860, quando o escritor português Travassos Valdez passou pela Ilha de Santiago em viagem de estudo, ele teve oportunidade de visitar um desses gabinetes onde - diz ele - "os habitantes e os viajantes podem passar algumas horas agradáveis quer em jogos lícitos, quer na leitura de jornais políticos.

A IMPRENSA EM C.V.

e literários desses gabinetes de leitura foi aberto na Praia em 1853, com estatuto devidamente aprovado, seguindo-se-lhe vários outros, em quase todas as Ilhas. Paralelamente aos gabinetes de leitura funcionavam grupos musicais e teatrais de bom nível, todos devidamente organizados. É interessante notar-se que, da actividade dos grupos teatrais resultou a construção do Teatro D. Maria Pia, na cidade da Praia, iniciada em 21 de Março de 1863 com o produto de subscrições em dinheiro e em materiais de construção. O lançamento da primeira pedra, de que se encarregou o governador, revestiu-se de certa solenidade, collocando-se debaixo da mesma uma cópia do auto respectivo e uma moeda com a effigie do rei D. Luís I. Antes do acabamento da obra, porém, a mesma teve de ser aproveitada para armazenar géneros alimentícios importados para fazer face à situação provocada pela estiagem.

Em 1871 já funcionava em pleno, mas com o nome de Teatro Africano, por sinal com camarotes e frisas reservados por assinatura, a qual no entanto não se considerava válida no caso de se tratar de espectáculos de grande gala, como aconteceu na noite de 16 de Outubro, data do aniversário da rainha.

Para melhor se avaliar o interesse pela cultura nessa época lembrei ainda que, em 8 de Abril do mesmo ano, foi aberta a Biblioteca Nacional, provisoriamente instalada numa sala do rez-do-chão do Quartel-general, isto é, na própria residência do governador, que presidiu ao acto, estando presentes, além de outras individualidades, inevitavelmente, a respectiva comissão directora, e conservador. A Comissão era constituída por três intelectuais - Dr João Cesário de Lacerda, Alfredo Troni e Francisco Frederico Hopffer - como também o era o bibliotecário, Guilherme Dantas.

Ora bem: os contrário do que poderá parecer à primeira vista, não estou saindo do assunto porque, na verdade, foi todo esse conjunto de circunstâncias que levou alguns cidadãos praienses a reconhecerem que já era tempo de se criar em Cabo-Verde um órgão de informação e de defesa dos interesses cabo-verdianos, aliás, à semelhança do que acontecia nalgumas terras de segunda ordem de Portugal e mesmo na Madeira e principalmente nos Açores, onde se publicavam jornais por bem dizer desde os primeiros tempos das lutas liberais, que Cabo-Verde acompanhou com entusiasmo, com o prova o facto de o escritor cabo-verdiano João José António Frederico, perseguido como liberal, ter de fugir para América

do Norte em 13 de Dezembro de 1831, a bordo da escuna "Seline & Jane", quando estava sendo procurado para ser preso.

Num dos seus apontamentos sôbre a frequência da Biblioteca, Guilherme Dantas escreveu o seguinte: "De todas as possessões portuguezas, duma certa classe, é Cabo Verde a única que ainda não possui uma publicação literária e periódica...

A IMPRENSA EM C.V.

O Boletim, pelo exíguo do seu formato, pela sua mesma índole, não comporta nem longos e sucessivos artigos, nem dissertações sôbre todas as matérias, nem artigos de recreio para o público, tais como romances, folhetins, etc. Ora, tudo isto se poderia reunir numa publicaçãozinha mensal".

Em Novembro de 1871, o advogado madeirense Hipólito Olímpio da Costa Andrade, funcionário público e proprietário em Santiago, em artigo publicado na Parte Não Oficial do Boletim, também estranhava ver "esta província sem imprensa política ainda, que a inande de sua luz civilizadora".

Mas ele queria um jornalismo que "sabe fugir ao domínio do espírito parcial das funções políticas, e não troca a sua magestosa independência pela degradante posição de instrumento de deshonestidades e ambições, de vinganças miseráveis, de desordem e desgraça dos povos". E também "que não queima à porta dos grandes das nações o incenso, cujo perfume suave se perde no turbulo da adulação, sustentado em mãos de indignos" (sic).

Talvez não seja descabido lembrar, para melhor se compreender a adverteciade Costa Andrade, que o jornalismo em Portugal esteve sempre envolvido, apaixonadamente, nas pugnas políticas, uma vezes com notável equilíbrio, dignidade e bom nível literário, como no caso da brilhante actividade jornalística de Garrett, Herculano, Castilho e, mais tarde, Eça, Abtero e Ramalho, por exemplo, outras vezes com uma linguagem grosseira e agressiva, provocada pela intolerância e pelo ódio votado aos adversários políticos, muitos dos quais até vítimas de ataques pessoais, sempre virulentos.

Um dos mais afamados panfletários revelados no calor das lutas liberais foi o frade José Agostinho de Macedo, jornalista de talento mas implacável, assanhado e rancoroso, como transparece do próprio título dos jornais que fundou e dirigiu - A TRIPA VIRADA, A HESTA ESFOLADAe... O CACETE, o último dos quais terá levado o escritor caboverdiano Pedro Monteiro Cardoso a fazer ressuscitar esse título através do jornal o MANDUCO, que fundou na Ilha do Fogo.

É curioso que uma das vítimas do CACETE de José Agostinho de Macedo, o escritor Pato Moniz, por volta de 1830 foi deportado justamente para a Ilha do Fogo, onde viveu, conviveu e foi não útil à comunidade que a Câmara Municipal deliberou dar o seu nome ao Largo no qual construiu casa e residiu até ao fim da vida.

A casa é a que depois veio a pertencer ao Pe. Miguel António Monteiro e o Largo de Pato Momiz é mais conhecido por Achada Pato, nome possivelmente dado pelo povo muito antes da deliberação camarária.

Outro famigerado gladiador do jornalismo foi Rodrigues Sampaio, também considerado dos maiores profissionais do seu tempo e que não posso deixar de citar, aliás, muito a propósito, como vamos ver a seguir.

A IMPRENSA EM C.V.

Do primeiro número do seu jornal O ESPECTRO; que começou a ser publicado clandestinamente em 16 de Dezembro de 1846, constam as seguintes palavras de apresentação, denunciadoras de um programa de acção: " O ESPECTRO é a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores - é a umbra mortis, esse fantasma que não deixa o rico no seu palácio nem o pobre na sua cabana - é o inocente a clamar vingança contra o seu perseguidor".

Com o mesmo formato e o mesmo arranjo tipográfico viria a ser publicado um jornal nesta cidade do Mindelo, com o mesmo título, O ESPECTRO, "dedicado à causa dos fracos os fortes, dos fracos contra os fortes, dos pequenos contra os grandes, dos oprimidos contra os opressores".

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO é outro jornal de Sampaio, igualmente célebre pela violência com que vergastava implacavelmente os seus adversários políticos e pelo entusiasmo com que defendia intransigentemente os direitos constitucionais. Nele colaborou ao que parece com pseudónimo, dada a sua natureza clandestina, o médico caboverdeano Francisco Frederico Hopffer, com artigos sobre a administração colonial.

Fica portanto justificado o motivo porque vieram à baila o CACETE, o ESPECTRO e a REVOLUÇÃO DE SETEMBRO.

E agora mais um parêntese: O Dr. Hopffer fez o curso de Medicina com distinção em Lisboa, como bolseiro do Governo Português, especializou-se na Bélgica e foi seguidamente nomeado cirurgião do Quadro de Cabo Verde em 1852, tendo sido distinguido com várias condecorações. Depois de aposentado viria a abrir o primeiro consultório médico, particular, que funcionou em Lisboa, primeiro na Calçada de Santo André e depois na Rua do Ouro. Colaborou na secção não oficial do Boletim de Cabo-Verde e em vários periódicos, de Lisboa, Coimbra e Cabo-Verde.

Com esta ligeira introdução, que se me afigura necessária e indispensável, já podemos entrar mais directamente no assunto da minha palestra - jornais caboverdianos.

Por uma questão de método, e sem contar com a fase preliminar ensaiada na Parte Não Oficial do Boletim, podemos considerar três fases distintas na actividade jornalística desenvolvida em Cabo-Verde até o final do primeiro quartel deste séculos: a primeira começou com a publicação do Jornal INDEPENDENTE,

em 1 de Outubro de 1877 e se prolongou até 1890, quando foi promulgado o Decreto de 29 de Março, estabelecendo restrições à Imprensa periódica; a segunda vai de 1899, com a publicação da REVISTA DE CABO VERDE (se não preferimos tomar como ponto de partida o ano de 1898, do lançamento do Almanach Luso-Africano) e vai até 1905; a terceira foi espolitada pela proclamação da República e terminou com a ditadura do Estado Novo.

Na primeira fase foram publicados nada menos do que nove jornais, mas infelizmente não ficaram quaisquer vestígios dessas publicações em Cabo Verde e, ao que A IMPRENSA EM C.V.

parece, a Biblioteca Nacional de Lisboa possui apenas o primeiro número do quinzenário A JUSTIÇA e os números 54 e 55 do semanário A IMPRENSA.

Dos Subsídios de Brito Aranha e de outros investigadores sobre o jornalismo no Ultramar, citados por José Júlio Gonçalves no seu livro A INFORMAÇÃO NA GUINÉ, em CABO VERDE e em SÃO TOMÉ, se vê que foram os seguintes os jornais publicados em Cabo Verde nos anos de 1877 a 1889, todos na cidade da Praia:

1^o - INDEPENDENTE - semanário político, cujo primeiro número saiu em 1 de Outubro de 1877;

2^o - CORREIO DE CABO VERDE - semanário noticioso, literario e político, começou a ser publicado em 19 de Abril de 1879;

3^o ECHO DE CABO VERDE - jornal político e noticioso, publicado a partir de Abril de 1880;

4^o - A IMPRENSA - semanário político e noticioso, posto a circular em 1 de Outubro de 1880;

5^o - A JUSTIÇA - iniciou a sua publicação em 17 de Abril de 1881, prometendo defender a causa do povo;

6^o - O PROTESTO - quinzenário político, iniciado em 4 de Fevereiro de 1883;

7^o - O POVO PRAIENSE - número único, especial, destinado a comemorar a chegada, em 13 de Julho de 1886, do governador João Cesário de Lacerda, médico naval e dramaturgo muito conhecido e muito estimado em Cabo-Verde, onde exercera as funções de secretário-geral na década anterior;

8^o - O PRAIENSE - terá aparecido no segundo semestre de 1899;

9^o - PRAIA - foi o último jornal da primeira fase e deve ter saído pouco depois de O PRAIENSE, mas ainda em 1889.

A excepção do que documenta a pequena amostra existente na Bi -

biblioteca Nacional de Lisboa, bem pouco ou nada se conhece sobre a maior parte dos jornais citados. Do jornal INDEPENDENTE sabe-se no entanto, através de João Augusto Martins no seu livro MADEIRA, CABO VERDE E GUINÉ, que nele colaboraram Joaquim Maria Augusto Barreto e Guilherme Dantas e que este "fulminou com violência tantos preconceitos, tantos ridículos e tantas ostentações" enquanto que aquele se revelou um "valente manejador da sátira" e, ainda, "polemista de talento", como viria a confirmar José Lopes, na revista A VIDA COLONIAL.

O jornal A JUSTIÇA que, no seu primeiro número, revelou "invenível repugnância de se envolver em questões", no entanto publicou nesse mesmo número uma distribuída que o autor dedica ao proprietário e redactor do jornal, Luís Frederico de Barros, que é um verdadeiro anátema contra os deficientes físicos, que diz serem marcados pela natureza, entre os quais cita os surdos, em dúvida na intenção de atingir Guilherme Dantas, que os teria molestado com a sua ironia causticante.

A semelhança do que acontecia em Portugal, é bem provável que um ou outro desses jornais também cultivasse tal género de combate, com ataques furiosos, remoques azedos e toda uma série de questões, nem sempre da lana caprina.

A IMPRENSA EM C. V.

E daí, talvez, e sua vida efémera.

Outros colaboradores dignos de menção, nesta primeira fase, seriam, além de António de Paula Brito e Hipólito Olímpio da Costa Andrade, na sua qualidade de directores ou redactores, Francisco Frederico Hopffer, Sérvulo Medina, Luís Medina, José Rodrigues Moniz António Pedro Silves Ferreira, Gaudêncio da Silva Gonçalves, alguns dos quais com colaboração no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.

Na segunda fase, iniciada em Janeiro de 1899, saíram quatro jornais, todos na cidade do Mindelo, enquanto que na cidade da Praia se publicou um número único, especial, de CABO VERDE, destinado a assinalar a passagem do príncipe real D. Luís Filipe por Cabo-Verde, em 1907.

De registar, no entanto, a publicação do Almanach Luso-Africano, nos anos de 1898 e 1902, bem como o seu suplemento -- a revista ESPERANÇA -- que não podem ser excluídos do balanço do periodismo em Cabo-Verde. O seu fundador e director foi o cônego António Manuel da Costa Teixeira, que os preparava em São Nicolau, sendo impressos em Braga.

Os quatro jornais publicados no Mindelo a partir de 1899 foram os seguintes:

1º - REVISTA DE CABO VERDE - de Janeiro a Dezembro de 1899, a princípio mensalmente e, a partir de Abril (?) quinzenalmente, visto que passou a sair um suplemento nos intervalos. Foi seu director e proprietário Luís Loff de Vasconcelos e era impresso em Lisboa;

2º - LIBERDADE -quinzenário, começou a ser publicado em 1 de Março de 1902, sendo seu director Aurélio Martins;

3º - A OPINIÃO - quinzenário, iniciou a sua publicação em 1 de Novembro de 1902, sob a direcção de Luís Loff de Vasconcelos;

4º - O ESPECTRO - publicado por Gaspar de Matos, metropolitano, a partir de 7 de Fevereiro de 1904.

A REVISTA DE CABO VERDE foi acolhida com muita simpatia pelos leitores, muitos dos quais, verbalmente ou por escrito, revelaram ao seu director o que pensavam sobre o programa que devia ser seguido para melhor servir os interesses da grei caboverdeana. Dando conta dos comentários de que teve conhecimento, o jornal identificou os seguintes rumos preferidos: alguns leitores entendiam que, acima de tudo, se devia pleitear pela independência de Cabo-Verde, enquanto que outros se pronunciavam a favor da adjacência das Ilhas ou, então, por uma autonomia honrosa.

Para^{que} já estava fermentando a ideia da autonomia visto que, em 1900, esteve para ser publicado no Mindelo o jornal O AUTONOMISTA, como se vê do jornal A ALVORADA que Eugénio Tavares publicou em Agosto de 1900, na cidade americana de New Bedford

A IMPRENSA EM C.V.

Aliás, não foi por acaso que Eugénio escolheu o tema autonomia, para desenvolver no primeiro número de ALVORADA, num artigo que rematou com as seguintes palavras proféticas: "Havemos de ter o nosso Monroe: a África para os africanos!". Isto, em Agosto de 1900!

Eugénio foi o mais assíduo colaborador da REVISTA DE CABO VERDE e terá sido, apesar de tudo, co-responsável pelo seu afundamento, ao fim de um ano de publicação, devido à reacção dos leitores a quem desagradavam, entre outros, os artigos defendendo a ideia da mudança da capital de Cabo-Verde para a cidade do Mindelo, decretada desde 1838, sob proposta do ministro Sá da Bandeira.

Outro destacado colaborador foi o poeta José Lopes que, no nº 14 da REVISTA protestou contra determinada lei de excepção, aproveitando manifestar "anseios de que algum dia, embora no derradeiro momento da vida, pudesse ver estas ilhas independentes e felizes".

O jornal LIBERDADE, apesar do prestígio do título e das intenções com que iniciou a publicação, não chegou a gozar de muita simpatia, talvez porque o seu director não fosse pessoa benquista no meio, pelas razões que constam de um panfleto mandado imprimir em Lisboa aquando do afundamento do palhote BOA VISTA no canal de São Vicente, abalroado estupidamente por um barco inglês, cujos armadores lhe confiaram a sua defesa, na qualidade de advogado.

De qualquer maneira, merece ser lembrado o desassombro com que fez sair o suplemento ao nº 7 do seu jornal, tarjado de negro, em sinal de luto pelo regresso de um governador indesejável. Igualmente corajosa foi a publicação de uma carta de Manuel Romano de Melo denunciando a situação de fome na Ilha de Santo Antão e pedindo providências urgentes "sem termos de recorrer a nações estrangeiras", solução depois encarada no nº 23 de 5 de Abril de 1903, quando se revelou a intenção "de se dirigir uma representação ao presidente dos Estados Unidos da América do Norte pedindo-lhe auxílio, à semelhança do que fizera a Martinica". De recordar ainda que, reagindo contra certas medidas discriminatórias e contra o "desprezo votado aos filhos do Ultramar" Manuel Dias da Cunha Ribeiro, que depois passou a usar o pseudónimo Aguinaldo, de intenção revolucionária, entendia que já era tempo de pegarmos em armas para conquistar a nossa independência.

O jornal OPINIO foi saudado com grande entusiasmo, confessando-se o seu director "agradavelmente surpreendido no dia da saída do primeiro número, por uma manifestação de mais de quinhentos populares, tendo à frente a filarmónica da terra, soltando aqueles repetidos e entusiásticos vivas à OPINIO, à Imprensa e à Liberdade". Agradecendo, o director disse: "Nós estamos com o povo e folgamos de ver que o povo está conosco".

Logo no seu primeiro número, o jornal chamou a atenção do Governo para a situação de fome nas Ilhas, sem deixar de frisar que "não queremos levar o povo à rebelião".

A IMPRENSA EM C.V.

Outros assuntos tratados nos primeiros números foram: o proletariado, os morgadios da Ilha de Santiago, a Imprensa amordaçada, etc.

O último jornal da segunda fase foi O ESPECTRO, afinado pelo diapasão de Rodrigues Sampaio, como disse atrás. Como O ESPECTRO de Sampaio, o seu homónimo caboverdeano pretendeu ser a sombra das vítimas da fome de 1903, a favor das quais -- diga-se de passagem -- a rainha patrocinara a realização de um espectáculo em Lisboa, no qual vários poetas se prontificaram a declamar poemas inéditos, invocando alguns deles os deveres de solidariedade humana face aos horrores da miséria. Foi uma lição dada ao engenheiro Carvalho da Silva que, para solução do caso de Cabo-Verde, preconizava cinicamente a eliminação dos fracos e a sua substituição pelos fortes. "Para isso -- dizia ele numa entrevista ao jornal lisboeta O DIÁRIO, de 15 de Junho de 1903 -- morra o preto ou faça-se emigrar, para dar lugar a colonos brancos" (sic). Ele acabou por ser expulso de Cabo Verde, como indesejável, logo após a proclamação da República.

num dos seus suplementos, publicado em plena campanha eleitoral, O ESPECTRO apoiou com firmeza o médico caboverdeano Dr. José Augusto Ferro, como candidato a deputado por Cabo-Verde, em oposição ao candidato metropolitano, da preferência do Governo. E o articulista terminou garantindo que, se se perguntasse ao povo "qual a sua disposição, ele vos responderá una voce: Abaixo o Governo, Viva Cabo Verde livre".

Bem, o meu "tempo de antena" está a terminar e já não me é possível dar-vos uma ideia de todos os jornais publicados na terceira fase que, como disse, começou logo após a proclamação da República, e terminou pouco antes da ditadura do Estado Novo.

Foi um período conturbado, mas sem dúvida fecundo, durante o qual foram publicados uns vinte jornais, cinco dos quais ^{quase todos} da iniciativa de jovens estudantes. Na Ilha de São Nicolau, os alunos internos do Seminário publicavam O RECREIO, inevitavelmente conservador, enquanto que os alunos externos publicavam a FENIX RENASCIDA, de cariz político, nos anos de 1910 a 1913; na Ilha de São Vicente os finalistas do Colégio Municipal, encorajados pelo aplauso dos seus leitores, entre os quais Eugénio Tavares, deliberaram saltar para a arena, mais a sério, com O MINDELENSE, impresso a partir do seu segundo número, em 1913; na Ilha do Fogo saía o PODOGO e, talvez na Brava, A VOZ POPULAR.

A euforia provocada pela mudança de regime político era tal que, no ano de 1913, circulavam simultaneamente A VOZ DE CABO VERDE, O INDEPENDENTE, O FUTURO DE CABO VERDE, O PROGRESSO, O MINDELENSE, e A TRIBUNA, isto é, quatro jornais na Praia, um no Mindelo, e um na Brava.

O primeiro jornal, impresso, da terceira fase, foi o semanário A VOZ DE CABO VERDE, posto a circular na Praia em 1 de Março de 1911 e que, desde logo, advogou a causa da liberdade de imprensa, encarecendo a necessidade de se tornar extensivo ao Ultramar o decreto de 28 de Outubro de 1910.

A IMPRENSA EM C.V.

Através das suas páginas se vê que não eram poucas as discórdias que os separavam, cada um na sua trincheira.

A presença do primeiro governador da República, Marinha de Campos, violento e impetuoso, terá contribuído para acirrar os ânimos, como se pode ver de um folheto da autoria do cônego Duarte da Graça, com o título de QUATRO MESES E MEIO DE UMA ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA A PONTAFÉS. Além do mais, o seu anticlericalismo, compartilhado pelo jornal A VOZ, cujo proprietário era maçom, não podia deixar de desagradar.

O curioso é que, apesar de A VOZ apoiar o governador, entre outras razões por pertencer ao partido político chefiado por Afonso Costa, sendo portanto correlegionário do seu proprietário e de alguns colaboradores, o jornal não deixou de noticiar alguns factos denunciadores da alegria de uns tantos, quando o viram pelas costas.

O segundo governador, Júdice Biker, não pertencia ao partido de Afonso Costa, motivo porque foi recebido com certo cepticismo e por fim hostilizado pelo jornal A VOZ, principalmente quando ele apadriçou o lançamento do jornal O FUTURO DE CABO VERDE, com o qual A VOZ viria a estar permanentemente em polémicas, por vezes de baixo nível.

Gostaria de vos dar uma ideia do conteúdo dos jornais publicados nessa época, mas já não disponho de tempo suficiente para isso e, por outro lado, não tenho à mão os textos respectivos. Citarei, no entanto, a acrescentar aos títulos mencionados atrás, mais os seguintes jornais da terceira fase: O POPULAR e CABO VERDE, publicados no Mindelo nos anos de 1914 e 1920, respectivamente: O CABOVERDIANO, A ACÇÃO, A SEIVA e A VERDADE, publicados na Praia, de 1918 e 1922; A DEFESA, publicado em 1913 e O MANDUCO, publicado no Fogo a partir de 1924.

Entre os colaboradores mais dotados distinguiram-se: Eugénio Tavares, José Lopes, Pedro Cardoso, Augusto Miranda, Mário Ferro, Carlos de Vasconcelos, A. Corsino Lopes da Silva, César de Sá Nogueira, José Calazans, Ramos Mota, José Lisboa, José dos Reis Borges, João José Nunes, José Bernardo Alfama, Lufs de Sousa, Raul Ribeiro, M. Ribeiro de Almeida.

Para terminar e à guiza de uma post scriptum que não me parece descabido, permitam agora que registre o nome de alguns patrícios caboverdianos que, em Lisboa, se distinguiram no jornalismo. Foram eles: Antónia Pussich, que foi a primeira mulher a dedicar-se ao jornalismo em Portugal; Henrique de Vasconcelos que, ainda estudante de Direito em Coimbra, se estreou como jornalista e foi muito aplaudido como orador nos comícios provocados pelo ultimatum britânico contra Portugal; José Barbosa, que substituiu Brito Camacho na direcção de jornal A LUTA e que também foi jornalista no Brasil; Martinho Nobre de Melo, que colaborou em vários jornais antes de ser director do DIÁRIO POPULAR. Os dois últimos militares em partidos políticos e mereceram ser nomeados ministros.

E, por agora, é só, já que o tempo não dá para mais.

As minhas desculpas por esta conversa mal alinhavada, porque já sei fazer melhor.

MUITO OBRIGADO.